

FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ

CARGO: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO D'OESTE-RO

ESPELHO PROVA DISCURSIVA

Tema da Questão 01:

Administração Tributária e Fiscalização

Descreva o papel da administração tributária no contexto municipal, com ênfase no processo de fiscalização tributária. Aborde a importância deste processo para a efetividade da arrecadação tributária e para o combate à evasão fiscal, destacando também os desafios enfrentados pelos auditores fiscais na execução de suas funções.

Critérios de Avaliação:

- Entendimento claro do papel da administração tributária municipal.
- Explicação sobre a importância da fiscalização para a arrecadação e o combate à evasão fiscal.
- Identificação e análise dos desafios enfrentados na fiscalização tributária.

Resposta esperada:

Introdução:

A administração tributária municipal desempenha um papel crucial na gestão dos recursos públicos locais. Sua atuação, especialmente no processo de fiscalização tributária, é fundamental para garantir a efetiva arrecadação de tributos e para combater práticas de evasão fiscal. Este processo envolve uma série de desafios que exigem expertise e dedicação contínua dos auditores fiscais.

Desenvolvimento da Questão:

Papel da Administração Tributária Municipal: No contexto municipal, a administração tributária é responsável pela gestão dos tributos locais, como o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e o ISS (Imposto Sobre Serviços). Essa gestão abrange a regulamentação, a cobrança, o lançamento e a fiscalização desses tributos. A eficiência nesta administração é vital para garantir os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e infraestrutura.

Importância da Fiscalização Tributária: A fiscalização é uma das funções mais importantes da administração tributária, pois assegura que os tributos devidos sejam corretamente declarados e pagos. Ela atua na prevenção e no combate à evasão fiscal, garantindo a justa arrecadação de receitas. Além disso, a fiscalização tributária desempenha um papel educativo, orientando os contribuintes sobre suas obrigações fiscais e promovendo a conscientização sobre a importância dos tributos para o bem-estar social.

Desafios na Fiscalização Tributária: Os auditores fiscais enfrentam vários desafios na execução de suas funções. Entre eles, destacam-se:

- **Complexidade da Legislação Tributária:** Frequentes mudanças nas leis tributárias podem tornar a fiscalização um processo complexo e dinâmico, exigindo constante atualização e adaptação por parte dos auditores.
- **Limitações de Recursos:** Restrições orçamentárias e de pessoal podem impactar a capacidade de realizar fiscalizações eficientes, especialmente em municípios menores.
- **Evasão Fiscal e Sonegação:** O combate à evasão fiscal é um desafio constante. Identificar e agir contra práticas de sonegação requer habilidades analíticas e investigativas aprofundadas.
- **Tecnologia e Inovação:** A adoção de novas tecnologias é essencial para a modernização dos processos de fiscalização, mas pode ser um desafio devido a restrições orçamentárias ou falta de capacitação técnica.

Conclusão:

A administração tributária municipal, por meio de seu processo de fiscalização, desempenha um papel vital na arrecadação de tributos e no combate à evasão fiscal. Esta função não apenas assegura recursos necessários para o desenvolvimento local, mas também promove a justiça fiscal e a equidade. Apesar dos desafios enfrentados, os auditores fiscais têm um papel fundamental nesse processo, contribuindo significativamente para a eficiência e eficácia da administração tributária municipal. A contínua atualização, capacitação e investimento em tecnologia são elementos chave para superar esses desafios e melhorar a eficiência desse setor vital.

Tema da Questão 02

Aplicação dos Princípios Administrativos

Um Auditor Fiscal Municipal, ao revisar a documentação de uma grande empresa localizada no município, identifica discrepâncias significativas entre as receitas declaradas e as evidências encontradas. Há indícios de que a empresa está subdeclarando seus rendimentos para reduzir a carga tributária. No entanto, a empresa é um grande empregador na região e tem influência política significativa.

Como o Auditor deve aplicar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para abordar esta situação, considerando o possível impacto econômico e político de suas ações?

Critérios de Avaliação:

- Análise da aplicação dos princípios administrativos na situação apresentada.
- Avaliação do equilíbrio entre a legalidade e os impactos econômicos e políticos.
- Proposição de ações práticas que o Auditor deve tomar.

Resposta esperada:

Introdução:

No cenário apresentado, um Auditor Fiscal Municipal se depara com um dilema ético e profissional ao identificar discrepâncias significativas nas declarações fiscais de uma grande empresa influente no município. Este caso nos leva a explorar como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem guiar a ação do auditor, ponderando o impacto econômico e político das suas decisões.

Desenvolvimento da Questão:

Princípio da Legalidade: A primeira e mais fundamental consideração para o auditor é a adesão estrita à legislação tributária. A lei não permite exceções baseadas no status econômico ou político de uma entidade. A ação do auditor, portanto, deve focar na aplicação imparcial da lei, realizando uma investigação minuciosa das discrepâncias encontradas.

Princípio da Impessoalidade: O auditor deve manter a objetividade, assegurando que todas as entidades sejam tratadas igualmente, independentemente de sua influência ou tamanho. Este princípio rejeita qualquer forma de favoritismo ou discriminação, garantindo que a investigação seja conduzida com justiça.

Princípio da Moralidade: O auditor deve agir com integridade, rejeitando qualquer tentativa de influência indevida. As decisões devem refletir não apenas a legalidade, mas também a ética, mantendo a confiança pública na administração tributária.

Princípio da Publicidade: A transparência no processo é crucial. Embora informações específicas possam ser confidenciais, o processo de fiscalização deve ser aberto e transparente, seguindo os procedimentos estabelecidos.

Princípio da Eficiência: O auditor deve equilibrar a necessidade de uma investigação completa com a eficiência operacional, minimizando interrupções desnecessárias nas operações da empresa, mas sem comprometer a qualidade da fiscalização.

O auditor enfrenta o desafio de manter a integridade profissional frente às possíveis pressões econômicas e políticas. Para isso, deve:

- Realizar uma investigação aprofundada e baseada em evidências.
- Manter a comunicação clara e transparente com a empresa.
- Tomar decisões embasadas em dados concretos e de acordo com a legislação.
- Buscar orientação jurídica quando necessário.
- Documentar todas as etapas e decisões do processo.

Conclusão:

Em face do dilema apresentado, o Auditor Fiscal Municipal deve se pautar rigorosamente pelos princípios administrativos, garantindo que a integridade e a justiça prevaleçam sobre influências externas. A adesão a estes princípios não só assegura a correta aplicação da lei, mas também sustenta a confiança pública na administração tributária. Embora o impacto econômico e político das ações do auditor deva ser considerado, ele não deve desviar o curso da justiça fiscal e da equidade.

Tema da Questão 03: Poderes da Administração Pública

Descreva e explique os poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e de polícia, enfatizando como cada um destes poderes se manifesta na prática da Administração Pública. Ilustre cada poder com exemplos relevantes à atuação de um Auditor Fiscal de Tributos Municipais.

Critérios de Avaliação:

- Clareza na descrição de cada poder administrativo.
- Capacidade de correlacionar os poderes com situações práticas na Administração Pública.
- Inclusão de exemplos pertinentes ao contexto da fiscalização tributária municipal.

Resposta esperada:

Introdução:

A Administração Pública é dotada de diversos poderes que asseguram sua eficiência e eficácia na gestão pública, e a compreensão desses poderes é fundamental para o entendimento das funções administrativas. Estes poderes – vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e de polícia – são essenciais para a condução das atividades administrativas, inclusive no âmbito da fiscalização tributária municipal.

Desenvolvimento da Questão:

Poder Vinculado: Este poder é exercido quando a Administração Pública está obrigada a agir conforme a lei, sem espaço para escolhas discricionárias. No contexto de um Auditor Fiscal de Tributos Municipais, este poder se manifesta na aplicação estrita das normas tributárias. Por exemplo, ao calcular os tributos devidos com base em critérios objetivos definidos pela legislação, o auditor não tem liberdade para alterar as taxas ou as bases de cálculo.

Poder Discricionário: Contrapondo-se ao poder vinculado, o poder discricionário permite ao administrador certa margem de liberdade para decidir como agir, desde que dentro dos limites legais. Um Auditor Fiscal pode exercer esse poder ao decidir sobre a conveniência e oportunidade de realizar uma fiscalização in loco, escolhendo qual estabelecimento inspecionar com base em critérios de risco fiscal.

Poder Hierárquico: Esse poder está relacionado à organização interna da Administração Pública, permitindo a distribuição de tarefas e ordenação de ações. Um Auditor Fiscal, subordinado aos seus superiores na Secretaria da Fazenda, deve seguir as diretrizes e ordens operacionais emanadas, por exemplo, na realização de campanhas de fiscalização.

Poder Disciplinar: Refere-se à capacidade de punir internamente as infrações funcionais. Embora mais aplicado aos servidores, um Auditor Fiscal pode aplicar medidas disciplinares a auxiliares da fiscalização que atuam sob sua supervisão, garantindo a aderência às normas administrativas.

Poder de Polícia: Este poder permite à Administração restringir liberdades individuais para o bem-estar da coletividade. No caso de um Auditor Fiscal, isso se manifesta na capacidade de aplicar penalidades aos contribuintes que descumprem a legislação tributária, como multas por atraso no pagamento de tributos ou por omissão de informações.

Conclusão:

Os poderes da Administração Pública são ferramentas essenciais na condução das atividades dos órgãos governamentais, incluindo a fiscalização tributária municipal. A atuação de um Auditor Fiscal de Tributos Municipais ilustra claramente a aplicação desses poderes, garantindo a legalidade, eficiência e justiça no exercício da função pública. Cada um desses poderes, devidamente empregado, contribui para uma administração pública efetiva e alinhada com os interesses da sociedade.